

Adversidade linguística: O que é, como se faz

O Seminário Ibero-Americano da Diversidade Linguística e nós

BETO VIANNA

Pode haver povos sem deuses, mas não há, nesse mundão de Deus, um só povo sem poesia. É o que conclui Antônio Risério, em seu *Oriki Orixi*, mirando-se no surpreendente exemplo dos índios suyás. Se bem que a universalidade poética não devia ser surpresa nenhuma. A poesia surge no mesmo barro de que são feitas as conversas dos humanos com o mundo à sua volta e consigo mesmos. E se há algo universal em sermos humanos, é a estonteante diversidade de nossas línguas. Em cada comunidade, a língua surge de um jeito particular, das conversas que lhe são próprias. E nem se trata da simples equação entre um povo e sua língua. Tal como na poesia, cada vez que conversamos com alguém, mudamos irreversivelmente nosso modo de estar no mundo, mudando, por sua vez, o próprio espaço da linguagem.

A diversidade do falar e do ouvir deveria encantar a todos. Infelizmente, não é o caso. Há séculos, descobrimos que a maneira mais eficaz de excluir, explorar e espoliar outra pessoa é romper a ligação umbilical entre seu modo de viver e o seu modo de dizer. Posta em prática, a empreitada teve como resultado o desaparecimento de milhares de línguas, e, o que é mais grave, das relações humanas que essas línguas traduzem. Essa é a situação depauperada que vivem, hoje, milhares de povos no mundo, após cinco massacrantes séculos de empresa colonial e pós-colonial.

O SEMINÁRIO

Em novembro de 2014, autoridades, professores, cientistas, poetas, lideranças indígenas e representantes de línguas minoritárias de vários países da América Latina e da Península Ibérica, se reuniram em Foz do Iguaçu para renegociar a dívida que temos com a nossa diversidade linguística e propor políticas públicas na área. E o Seminário Ibero-Americano da Diversidade Linguística só podia ser em Foz. Banhada pela tríplice fronteira – Argentina, Brasil e Paraguai –, a região é testemunha da antiga e continuada história de marginalização dos povos e línguas guaranis. O seminário foi organizado pelo Iphan, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-Americanos e a Universidade da Integração Latino-Americana, primeira universidade bilíngue brasileira e em vias de fazer do guarani (língua cooficial no Paraguai e no Mercosul) mais do que um rostinho bonito no currículo.

Ao lado de conversas preciosas nas muitas línguas disponíveis, ações importantes marcaram o seminário, como o reconhecimento, pelo Iphan, das línguas talian, asurini e guarani mbya como referências culturais brasileiras, passando a fazer parte do Inventário Nacional da



ARTE: BV SOBRE FOTOS DE INDL/IPHAM

Ensina o professor Melià: “quando uma língua desaparece, não pergunte se ela estava fragilizada ou ameaçada, mas que economia colocaram no lugar dela”

Diversidade Linguística. Autoridades dos países participantes também se reuniram durante o evento, para trocar experiências e propor políticas conjuntas. Voltando à não oficialidade, as mesas foram divididas em três eixos temáticos: direitos linguísticos e línguas minoritárias, as línguas portuguesa e espanhola no cenário atual (um tópico mais ao gosto de quem se liga na economia linguística mundial, que não é meu caso), e produção e gestão de conhecimento sobre diversidade linguística. Um fórum com a participação de professores da Unila

e sessões com apresentação de relatos de experiência deram voz à diversidade cultural e política dos presentes.

Como este jornaleco não me dá espaço para percorrer o seminário todo, concentro-me no palestrante que encerrou o evento, o Padre Bartolomeu Melià. Apesar dos votos, o padre é talvez o crítico mais ácido, mais longo e mais consciente de nossas políticas linguísticas, cuja perversidade deveu-se, originalmente, ao papel da Igreja nas Américas, menção desonrosa para a Companhia de Jesus. Melià nasceu na

espanhola Mallorca, mas foi no Paraguai, estudando línguas e gentes guaranis, que construiu sua sensibilidade e uma obra fantástica. E alarmante.

A FLORESTA

Bartolomeu Melià fala de *deforestación* linguística. Parece, mas não é uma metáfora. Cada evento de ocupação civilizadora dos espaços indígenas de convivência - as florestas - cria um deserto bastante real, através da imposição de um novo modo de dizer a uma gente que se fez gente em um ambiente linguístico e ecológico próprios. Note que o espaço original de linguagem (que em política linguística chamamos “línguas originárias”) nunca foi isolado, nunca foi fechado em si mesmo. Os povos indígenas das Américas sempre mantiveram contatos linguísticos com as comunidades do entorno, falantes e ouvintes em outras línguas. Tal como na África e na Índia atuais, não é raro um indiozinho falar mais de uma língua além da materna, pois cada língua particular é apenas um nó na grande rede de conversações que mantemos uns com os outros, tenhamos ou não um jeito diferente de dizer as coisas.

A *deforestación* não acontece, portanto, com as trocas de signos linguísticos, próprias do bicho humano desde que nos entendemos por gente. O desmatamento ocorre quando autoritariamente se rompem modos de viver, em relações antissociais, impeditivas do estabelecimento de um espaço consensual de linguagem. No encontro espanhol-guarani, Melià nos fala do rico intercâmbio de sons e de regras, que não difere das outras muitas trocas que essas duas línguas historicamente viveram. O desmatamento não desfere cortes no código, mas nas relações entre as pessoas, que podem ou não ser relações sociais. O encontro dos europeus com os guaranis não foi. Assim como não foram os demais encontros dos povos ameríndios com as frentes civilizadoras, responsáveis, como diz Darcy Ribeiro, pela mais assombrosa história de transfiguração étnica do planeta. O desmatamento arbóreo não é apenas recurso metafórico para a motosserra da linguagem. Arrancado de suas condições tradicionais de existência, resta ao índio – a qualquer um – refugiar-se no deserto linguístico do opressor. Vivemos, ou deixamos de viver, exatamente aquilo que temos na ponta da língua.

Em sua palestra de encerramento, ensina o professor Melià: “quando uma língua desaparece, não pergunte se ela estava fragilizada ou ameaçada, mas que economia colocaram no lugar dela”. É a triste constatação de que nenhuma política linguística europeiforme, de ideologia da “língua única” (ou mesmo do farsante bilinguismo, como denuncia

Os aldeamentos eram, no termo preciso de Darcy, criatórios de gente, destinados a suprir de mão de obra amansada os próprios padres, os colonos e a Coroa

Meliã), até hoje, foi implantada sem uma correspondente domesticação política, social e econômica daqueles que perderam a voz original.

A LÍNGUA

É por essas e outras que os linguistas-ativistas espanhóis (como os catalães e os galegos) não falam de “contato”, mas de *conflito linguístico*. E desconfia-se cada vez mais do termo línguas “minoritárias” preferindo-se o muito mais adjetivo *minorizadas*. Num e noutro caso, trata-se de substituir um termo escorregadio, despolitizante, por seu correspondente engajado, tensionante. Questionar a aparente e enganosa neutralidade do contato, e denunciar a redução de um ato político destrutivo a uma condição inerente à língua. Independente do número de falantes, dos contextos de uso ou de sua gramática, uma língua é um ponto nodal em uma rede de conversas, e toda tentativa de negligência-la será conflituosa e minorizante (nós, itabiranos d’ *O Cometa*, conhecemos bem essa diferença, quando nos referimos às cidades “mineradoras” como, ao contrário, *mineradas*).

Para levar às últimas consequências o que proponho neste texto, devo dizer que o Seminário da Diversidade deixou um ponto a desejar (ainda que esse encontro tenha sido o primeiro do gênero, ainda que muitos organizadores e participantes não concordem com meu ponto, e ainda que o Padre Meliã, na minha entusiasmada interpretação, tenha abordado tal ponto). E o ponto é que, se de fato estamos preocupados em defender o direito das pessoas viverem a vida em suas línguas, a diversidade linguística não pode continuar a ser encarada como uma simples taxonomia de línguas. Há diversidade, inclusive e principalmente, em cada língua. O modos de dizer variam, mesmo quando decidimos dar um mesmo nome a um conjunto de modos de dizer.

O Brasil conversa hoje em cerca de 250 línguas. Superando anos de minorização no conflito com o português (língua artificialmente única e oficial brasileira desde o século 18), alguns grupos vêm conseguindo espaço para suas línguas, fora do seu círculo estrito de conversas. Um exemplo é o município de São Gabriel da Cachoeira, que, em lei municipal de 2002, tornou oficiais o nheengatu, o tucano e o baniwa, falados inclusive por não índios e índios que perderam suas línguas originárias. Outro exemplo é o já mencionado INDL, que, em atenção ao decreto presidencial de 2010, promove a “identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O problema é que minorizamos outros “grupos formadores da sociedade brasileira”, além dos conversadores nas diversas línguas não portuguesas. Minorizamos, igualmente, falantes de português, um português rejeitado nos espaços institucionalizados de conversação, da escola ao atendimento médico, da vida profissional aos salões da justiça, dos meios de comunicação de massa à internet. A noção taxonômica de língua (reforçada inclusive por nós, linguistas, e nosso fetiche pelo “código”) não nos permite colocar o dedo em todas as feridas da diversidade.

ADVERSIDADE

A diferença entre as variedades populares e uma língua padronizada, ou norma (remendada a partir de um

dialeto conversado pela alta classe), é um fenômeno antigo, que remonta às preocupações de gregos e romanos, passa pela formação dos Estados nacionais europeus, chega ao clima no conceito de cidadania no século 18, e tem sido debatido enquanto tal. No caso da América Latina, e do Brasil, em particular, há uma história

política e economicamente motivada, de marginalização dos conversadores “desviantes”. Ou, para nos mantermos fiéis ao vocabulário ativista, de *institucionalização do desvio* como forma de espoliação de um enorme contingente de pessoas.

Essa situação antecede o estabelecimento do português como

norma única e máxima língua. Até o século 18, as línguas majoritárias do Brasil eram as chamadas “línguas gerais”, uma no antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, ao norte, e outra no Estado do Brasil, no centro e ao sul, as duas de base tupi, normatizadas e promovidas pelos padres jesuítas, com a benção da Coroa portuguesa. O mesmo aconteceu no Paraguai, com uma variedade do guarani que hoje é língua materna de uma imensa população não índia, e nos países andinos, com o quechua. Muidadas de dicionário e gramática, as línguas gerais tinham inclusive uma variedade escrita, presente nos catecismos e autos religiosos: *Oré rub ybákype tekoár*, rezavam os brasileiros o “Pai nosso”. Nessas línguas conversavam índios de diversas etnias, portugueses, e outros europeus. Se o português não era uma língua minorizada, tampouco alcançava a abrangência das línguas gerais em território brasileiro.

Se o objetivo da política linguística dos jesuítas era catequizar, seu resultado foi a *deforestação* da diversidade linguística onde quer que se falasse ou se ouvisse em língua geral. Ao lado da padronização do catecismo, havia a política de *descimento*, que confinava índios de várias etnias, inclusive de falares não tupis – os “tapuias” –, em aldeamentos comuns. Os aldeamentos eram, no termo preciso de Darcy, criatórios de gente, destinados a suprir de mão de obra amansada os próprios padres, os colonos e a Coroa. Nem preciso relembrar como é incompatível um contexto com esse grau de sociopatia e o estabelecimento de um espaço relacional de compreensão mútua, uma linguagem. E a adversidade não termina aqui. Ao lado da hecatombe na diversidade de línguas nominais, ocorre outro fenômeno, que deixo a cargo do jesuíta João Daniel relatar:

Tem vários predicados os índios nheengaíba, que os distinguem das mais nações. O primeiro é seu dialeto totalmente diverso dos mais; e dele é, que tomaram a sua característica diferença nheengaíba, que quer dizer, má lingoagem.

Os *nheengaíba*, como nos explica Padre Daniel, são assim chamados em língua geral por sua “má lingoagem”. Língua de fato má, não só por não ser tupi, mas que permanece má quando seu povo se apropria da língua geral. Em seu *Tesouro descoberto da Amazônia* (escrito na prisão, quando os jesuítas e sua língua geral não eram mais bem vindos no Brasil), Daniel explica por quê. Havia nas missões jesuíticas duas variedades de *lingoagem*: a “língua geral verdadeira”, herança dos antigos tupinambás, normatizada e divulgada no catecismo, e a “língua geral corrupta”, falada pelos *nheengaíba*: qualquer conversador menos destro na pristina língua tupi, inclusive os portugueses. Ou seja, a imensa maioria da população.

Nós, brasileiros, antes mesmo de falarmos a língua portuguesa, já errávamos a língua. Ou errávamos a norma. Com consequências sociais muito parecidas com o que acontece em nossos dias, a continuada exclusão, espoliação e exploração da parcela mais numerosa dos brasileiros. Filhos das filhas dos filhos daqueles que aprenderam o português na floresta, no seringal, pastoreando gado alheio, colhendo cana nas grandes fazendas ou lavando roupa na cidade grande. Todos, ainda hoje, *nheengaíba* na própria língua.

